

## Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda.

CNPJ/MF nº 30.561.107/0001-70 – NIRE 35.233.255.434

Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Sociedade Anônima realizada em 10 de abril de 2025

**1. Data, Hora e Local:** Aos 10 de abril de 2025, às 9h00 (nove horas), na sede social da **Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda.**, situada no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, à Avenida Caullim, nº 115 – salas 717/718/722/726/1105 Anexo – salas 1106 – Torre D – Bairro Cerâmica, CEP 09.531-195 (“Sociedade”), reuniram-se os sócios abaixo qualificados: **i. BFPM Corp.**, pessoa jurídica de direito privado domiciliada no exterior, com sede à 201 Edwin Wallace Rey Drive – Roger’s Office Building – George Hill – Anguila, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 46.748.528/0001-44, neste ato representada por seu novo procurador **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 30.436.230-4 Detran/RJ e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 105.754.127-39, residente e domiciliado na Capital do Estado do Rio de Janeiro, à Rua Humaita, nº 302 – apto 144, CEP 22261-002; **ii. Henrique José de Sousa Lopes**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 54.617.583 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 501.510.928-85, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Emburucu, nº 179 – apto 52, CEP 03644-000; **iii. Everton Ferreira Vicente**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 47.355.766-9 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 384.516.418-22, residente e domiciliado à Alameda dos Limoeiros, 26 – Lt. 15, Qd. 15, Arua do Country Club – Arua – Estado de São Paulo – CEP 07.432-245; e **iv. Patricia Neves de Oliveira**, brasileira, solteira, administradora de empresas, portadora da cédula de identidade RG nº 26.161.782-5 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 213.331.038-08, residente e domiciliada à Rua Francisco de Torres, 231 – Casa 02 – Bairro Vila Liviero – São Paulo/SP – CEP 04185-060.

**2. Convocação:** Dispensadas as formalidades de convocação, em virtude da presença de todos os sócios nesta reunião, representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do § 2º, do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 (“Código Civil”).

**3. Composição da mesa:** **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, já qualificado acima (“Presidente”); e **Adriana Serrano Cavassani**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.373.070-7, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 132.516.208-60 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo (OAB/SP) nº 196.162, residente e domiciliada à Rua João Adolfo, 118, cpto. 1.403, centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.050-020 (“Secretária”).

**4. Ordem do dia:** Reuniram-se os sócios para discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **i.** Conforme nova procuração que consta acostada à presente ata, houve alteração da representação legal da sócia e empresa estrangeira **BFPM Corp.**, sendo seu novo procurador **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, já devidamente qualificado, assim, para todos os jurídicos e legais efeitos, o referido procurador designado é o único para representar a sócia e empresa estrangeira **BFPM Corp.**, perante quaisquer órgãos públicos e privados, inclusive para obter, manter e alterar a inscrição no CNPJ/MF da referida sócia e empresa estrangeira, e representá-la perante a Receita Federal do Brasil, especialmente para administrar os bens indicados no inciso XVI, do Anexo I, § 2º, do art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022, com poderes para receber citações judiciais, nos termos do artigo 2º da Instrução Normativa DREI nº 34/2017, artigo 119 da Lei nº 6.404/1976 e do artigo 1.138 do Código Civil; **ii.** Destituição do sócio **Henrique José de Sousa Lopes**, já devidamente qualificado, da administração da Sociedade; **iii.** Transformação da Sociedade, atualmente constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 220 a 222, da Lei nº 6.404/1976 (“Lei das S/A”), com a respectiva alteração da denominação da Sociedade para “**Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde S.A.**” (“**Companhia**”); **iv.** Conversão e fixação do capital social da Companhia, com a anulação à subscrição das ações e renúncia do direito de preferência; **v.** Aprovação da alteração da Representação Social da Companhia, na forma do Anexo I desta ata; **vi.** Definição do meio de publicação dos atos societários da Companhia; **vii.** Eleição da Diretoria para exercer a administração da Companhia; **viii.** Outorga de autorização para a administração tomar todas as providências necessárias à implementação da transformação ora deliberada; **9. Deliberações:** Após a análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os sócios aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **i.** A aceitação de **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, já devidamente qualificado, como novo procurador e representante legal da sócia e empresa estrangeira **BFPM Corp.**; **ix.** A destituição do sócio **Henrique José de Sousa Lopes**, já devidamente qualificado, da administração da Sociedade; **ii.** A transformação em sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação de “**Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde S.A.**”, sendo que não há solução de continuidade nos negócios ora em curso, mantendo a nova empresa todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Sociedade, ora transformada em Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222, da Lei das S/A; **iii.** A conversão das atuais 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) quotas, com o valor nominal de R\$1,00 (um real) cada, para 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas, da mesma classe e com valor nominal de emissão de R\$1,00 (um real) cada, representando e fixando o capital social em R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), de modo que as ações já estão integralizadas pela transformação societária, conforme os respectivos boletins de subscrição, na forma do Anexo II desta ata; neste ato, a totalidade dos sócios, doravante acionistas, consentem e anuem com as subscrições ora realizadas, renunciando expressamente aos respectivos direitos de preferência, nos termos do artigo 171, da Lei das S/A; **iv.** O projeto do Estatuto Social, conforme descrito no Anexo I da presente ata, o qual foi lido na íntegra e passará a vigorar, desde já, com a redação lá constante; **v.** A definição preferencial do meio eletrônico para a publicação da presente ata e demais publicações da Companhia, por intermédio da Central de Balancos do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, conforme a Portaria ME nº 12.071/2021, de modo que, acaso seja ultrapassado o requisito do limite legal da receita bruta anual, serão procedidas com as publicações em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Companhia, nos termos do artigo 289, da Lei das S/A; **vi.** A eleição de **Pedro Henrique de Menezes Arraes**, já qualificado acima, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025, permitida a reeleição, nos termos do artigo 143, da Lei das S/A, com redação atual dada pela Lei Complementar nº 182, de 2021; neste ato, o Diretor sem designação específica eleito assina o Termo de Posse, que integra na forma do Anexo III desta ata, e se será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da nomeação realizada e registrada pela presente ata, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 149, da Lei das S/A; ficou ainda estabelecido que a remuneração do Diretor será deliberada em Assembleia Geral oportunamente realizada na sede social da Companhia; **vii.** A autorização, à administração, para que tomem todas as providências necessárias à implementação da transformação ora aprovada, salientando a desnecessidade de ser elaborada e averbada alteração do Contrato Social perante à Junta Comercial, eis que a reunião de sócios formalizada nesta ata é o instrumento hábil e suficiente à aprovação da presente transformação para Companhia e à implementação do Estatuto Social, em obediência ao artigo 66, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, com alteração atual dada pela Instrução Normativa DREI nº 01/2024. **6. Declaração.** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no artigo 147, § 1º, da Lei das S/A, que não está incorso em nenhum crime que o impeça de exercer atividade mercantil, conforme declaração expressa constante no Termo de Posse que integra a presente ata na forma de Anexo III. **7. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme por todos os presentes, foi aprovada e assinada. Nos termos do artigo 130, da Lei das S/A, foi lavrada a ata em livro próprio, sendo a presente cópia fiel para todos os legais e jurídicos efeitos. São Caetano do Sul/SP, 10 de abril de 2025. Mesa: **Pedro Henrique de Menezes Arraes** – Presidente; **Adriana Serrano Cavassani** – Secretária. Sócios: **Bfpm Corp.** r/p Pedro Henrique de Menezes Arraes; **Henrique José de Sousa Lopes**; **Everton Ferreira Vicente**; **Patricia Neves de Oliveira**. Acionistas Subscritores: **Bfpm Corp.** r/p Pedro Henrique de Menezes Arraes; **Henrique José de Sousa Lopes**; **Everton Ferreira Vicente**; **Patricia Neves de Oliveira**. Diretor sem Designação Específica: **Pedro Henrique de Menezes Arraes**. Visto do Advogado: **Adriana Serrano Cavassani** OAB/SP – 196.162. **Anexo I – Estatuto Social. Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde S.A.** CNPJ/MF nº 30.561.107/0001-70. **Capítulo I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração.** **Artigo 1º.** A pessoa jurídica denominada **Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde S.A.** (“**Companhia**”) é constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e será regida pelo presente Estatuto Social (“**Estatuto**”) e as disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações (“**Lei das S/A**”). **Parágrafo único.** Os acionistas e a Companhia poderão firmar acordo de acionistas (“**Acordo de Acionistas**”), o qual também regerá a Companhia e ficará arquivado na sua sede social. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede social e foro no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Alameda Caullim, nº 115 – salas 717, 718, 722, 726, 1.105 e 1.106 – Torre D – Bairro Cerâmica, CEP 09.531-195, podendo abrir, instalar ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou exterior, por deliberação da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social **(a)** importação, exportação e comércio atacadista, aluguel e manutenção de instrumentos, máquinas, equipamentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar, laboratórios, e odontológico-hospitalar, **(b)** comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano. **Parágrafo único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Artigo 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II – Capital Social e Ações.** **Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$8.500.000,00 (oito milhões e quinhentos mil reais), dividido em 8.500.000 (oito milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e com valor nominal de emissão de R\$1,00 (um real) cada. **Parágrafo 1º.** Observadas as condições previstas neste Estatuto, Acordo de Acionistas e na legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 1 (um) proprietário para cada uma delas, pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do parágrafo único, do artigo 28 da Lei das S/A. **Parágrafo 3º.** A Companhia, a qualquer tempo, poderá instituir ações preferenciais, bem como classes, tanto para as ações ordinárias, como para as ações preferenciais, bem como modificar os direitos e

prerrogativas atribuídas às ações existentes. **Parágrafo 4º.** Fica autorizada a alteração do número e do valor nominal das ações, em casos de modificação do valor do capital social ou da sua expressão monetária, de desdobramento (“**split**”) ou grupamento (“**inplit**”), ou de cancelamento de ações, nos termos do art. 12, da Lei das S/A, por decisão da Assembleia Geral. **Parágrafo 5º.** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço, forma e prazo de integralização, obedecida a legislação aplicável. **Artigo 6º.** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros e reservas disponíveis, ações de sua própria emissão para permanência em tesouraria, sem que isso implique na diminuição do capital social subscrito, visando a sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo 1º.** As ações mantidas em tesouraria não serão computadas para fins de cálculo de quóruns de instalação e não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação. **Parágrafo 2º.** O disposto no caput do Artigo 6º, deste Estatuto, aplica-se também para os direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações. **Artigo 7º.** Nenhum acionista poderá empenhar, indicar à penhora ou, por outra forma, gravar, onerar ou oferecer em garantia, no todo ou em parte, suas ações ou os direitos de subscrição de suas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, sem o consentimento prévio tomado por decisão em Assembleia Geral. **Artigo 8º.** A transferência de ações da Companhia operar-se-á mediante lavratura do termo próprio no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia, sendo certo que os acionistas terão direito de preferência na subscrição e aquisição de ações representativas do capital social da Companhia, na proporção das suas respectivas participações. **Artigo 9º.** A Companhia poderá, a qualquer momento, de forma irrevogável e irretirável, exercer opção de compra (“**call option**”) de parte ou todas as ações atualmente detidas pelos acionistas, bem como aquelas que poderão vir a ser eventualmente adquiridas, conforme as disposições do Artigo 34 e Parágrafos 1º, 2º e 4º, deste Estatuto. **Parágrafo único.** O disposto no caput do Artigo 9º, deste Estatuto, aplica-se também para os direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações, atualmente detidos pelos acionistas, bem como aqueles que poderão vir a ser eventualmente adquiridos e conferidos, nos termos das disposições do Artigo 34 e Parágrafos 3º e 4º, deste Estatuto. **Capítulo III – Deveres dos Acionistas.** **Artigo 10.** São deveres gerais dos acionistas: **(i)** Respeitar o Estatuto Social e as deliberações dos órgãos da Companhia: Os acionistas devem cumprir rigorosamente as regras estabelecidas no Estatuto e acatar as decisões tomadas pela Assembleia Geral ou pela Diretoria, quando aplicável; **(ii)** Cumprir os instrumentos parassociais e internos da Companhia: Os acionistas se comprometem a respeitar rigorosamente as regras estabelecidas em Acordo de Acionistas, se houver, bem como a respeitar eventuais normas internas que venham a ser editadas, como o regimento interno e o código de ética corporativa; **(iii)** Manter a confidencialidade sobre informações estratégicas da Companhia: É responsabilidade de cada acionista proteger informações sigilosas, evitando divulgá-las para terceiros sem autorização; **(iv)** Evitar conflitos de interesse: Nenhum acionista deve tomar decisões ou atuar em áreas que possam gerar conflito de interesse com a Companhia ou comprometer sua reputação; **(v)** Agir com boa-fé: Os acionistas devem agir com lealdade e boa-fé perante os demais acionistas e o sucesso da Companhia; **(vi)** Preservar os valores e princípios da Companhia: Todos os acionistas devem agir de maneira alinhada à missão, visão e valores da Companhia, promovendo um ambiente de cooperação e respeito; **(vii)** Abster-se de atos prejudiciais à sociedade: É dever dos acionistas se absterem de práticas que possam comprometer o bom funcionamento da Companhia, sua reputação ou sua saúde financeira; **(viii)** Colaborar para a resolução de conflitos internos: Os acionistas devem buscar resolver eventuais descentenamentos de forma amigável e dentro das canais apropriados previstos no Estatuto ou em regulamentos internos; **(ix)** Zelar pela estabilidade financeira da Companhia: Deve-se evitar ações que possam comprometer a liquidez ou os ativos da Companhia, como comprometimento de ações e direitos a elas relacionados em penhor ou quaisquer outras garantias e/ou restrições, conforme vedado no Estatuto; **(x)** Não concorrer ou competir com a Companhia: É dever dos acionistas não concorrer com a Companhia, pessoalmente, na prestação de serviços/acções de pessoas jurídicas ou mesmo colaborando com terceiros, afirmando e reconhecendo ser um ato ilícito tomar, participar ou cooperar com empresas ou iniciativas negativas de mesmo público e mercado, salvo expressa e prévia autorização da Assembleia Geral; **(xi)** Exercer o direito de veto no interesse da Companhia: Considera-se abusivo o voto exercido com o fim de causar dano à Companhia ou a outros acionistas, ou de obter, para si ou para outra pessoa, uma vantagem a que não faz jus e de que resulte, ou possa resultar, prejuízo para a Companhia ou para outros acionistas, respondendo o acionista pelos danos causados pelo exercício abusivo do direito de voto, ainda que seu voto não haja prevalecido. **Artigo 11.** O desrespeito, por qualquer acionista, de um ou mais dos deveres gerais elencados anteriormente, constituirá falta grave, podendo acarretar a exclusão do acionista da Companhia, bem como a responsabilização civil por todos os danos causados a Companhia ou a qualquer um dos demais acionistas, mediante deliberação específica em Assembleia Geral. **Capítulo IV – Diretoria.** **Artigo 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta de 1 (um) Diretor ou mais, acionistas ou não, residentes no país ou não, com mandato de até 3 (três) anos, permitidas repetições de reeleições, sendo todos designados “Diretor sem designação específica”, até alteração e organização em sentido diverso do presente Estatuto, podendo ser substituídos e/ou destituídos, a qualquer tempo e motivadamente, pela Assembleia Geral e/ou acionista controlador. **Artigo 13.** Na hipótese de ausência, incapacidade, impedimento ou motivo de força maior que impossibilite o exercício da administração e assinatura do(s) Diretor(es), caberá ao acionista controlador, o exercício da administração, podendo assinar pela Companhia, na forma estabelecida neste instrumento, até nova eleição em Assembleia Geral. **Artigo 14.** A investidura do Diretor far-se-á por termo no Livro de Registro de Atas da Diretoria, independentemente de caução. O referido livro será dispensado de arquivamento na Junta Comercial ou qualquer outro órgão público, a menos que o contrário seja exigido. **Artigo 15.** Compete à Diretoria exercer as atribuições que a lei, o Estatuto Social e eventual Acordo de Acionistas arquivados na sede da Companhia lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia, especificamente: **(i)** Representar a Companhia em juízo, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, órgãos da administração pública, tais como Ministério da Fazenda, Secretarias da Receita Federal e Estadual, Alfândegas em geral, Procuradorias em geral, Delegacias em geral, Juntas Comerciais em geral, Cartórios de Registros de Títulos, Documentos, Protestos, Juizados, Pessoas Jurídicas e Notas em geral, Bancos e instituições financeiras privadas ou públicas, federais ou estaduais, casas lotéricas e, ainda, autarquias e sociedades de economia mista em geral, agências reguladoras, organizações e empresas privadas ou públicas em geral; **(ii)** Administrar, orientar e dirigir os negócios sociais, inclusive promovendo o compromisso, cessão, compra, venda, troca ou alienação de bens móveis ou imóveis da Companhia, determinando os respectivos preços, prazos, termos e condições; **(iii)** Adquirir ou alienar participações societárias em outras sociedades, bem como associar a Companhia, em qualquer circunstância com outras sociedades, inclusive mediante a constituição de consórcios ou grupos de sociedades; **(iv)** Representar a Companhia em juízo ou fora dele e, em todos os atos societários que envolvam a responsabilidade ou não, inclusive movimentação financeira perante instituições bancárias privadas ou públicas, bem como sua representação ativa e passiva; **(v)** Promover todos os atos de gerência necessários à administração da Companhia, podendo celebrar quaisquer contratos, de interesse da Companhia, estipulando os direitos e obrigações e assinando os respectivos instrumentos; e **(vi)** Nomear procuradores para atos específicos da Companhia. **Parágrafo único.** Para outorga de mandatos procuratórios, o respectivo instrumento deverá especificar claramente os poderes outorgados e o prazo de validade, com exceção daqueles com fins judiciais (“*ad judicium*”), que poderão vigorar por prazo indeterminado. **Artigo 16.** E expressamente vedado ao(s) acionista(s), administrador(es), diretor(es), procurador(es) ou funcionário(s), conforme exemplificado abaixo, mas não se limitando a: **(i)** Praticar ato de liberalidade à custa da Companhia; **(ii)** Sem prévia autorização da Assembleia Geral, tomar por empréstimo recursos ou bens da Companhia, ou usar, em proveito próprio, de sociedade em que tenha interesse, ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito; **(iii)** Receber de terceiros sem autorização estatutária ou da Assembleia Geral qualquer modalidade de vantagem pessoal, direta ou indireta, em razão do exercício de seu cargo; **(iv)** Usar, em benefício próprio ou de outrem, com ou sem prejuízo para a Companhia, as oportunidades comerciais de que tenha conhecimento em razão do exercício de seu cargo; **(v)** Omitir-se no exercício ou proteção de direitos da Companhia ou, visando à obtenção de vantagens, para si ou para outrem, deixar de aproveitar oportunidades de negócio de interesse da Companhia; **(vi)** Adquirir, para revender com lucro, bem ou direito que sabe necessário à Companhia, ou que esta tencione adquirir. **Parágrafo 1º.** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de quaisquer dos acionistas, administradores, diretor(es), procurador(es) ou colaborador(es) que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como, mas não se limitando, avais, fianças, endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pelos acionistas, em Assembleia Geral, observado o disposto no parágrafo único do artigo 17, do Estatuto. **Parágrafo 2º.** Os(s) acionista(s), administrador(es), diretor(es), procurador(es) ou funcionário(s) que infringir(em) esta(s) disposição(ões) ficar(ão) individualmente responsável(is) pelo compromisso contraído, constituindo falta grave. **Parágrafo 3º.** Os(s) acionista(s), administrador(es), diretor(es), procurador(es) ou funcionário(s) deverá(ão) manter sigilo empresarial sobre os negócios da Companhia, devendo preservar informações estratégicas, bem como informações sobre negócios, empregados, acionistas e colaboradores, sob pena de responder(em) pessoalmente pelos danos decorrentes da quebra deste dever de reserva. **Parágrafo 4º.** No exercício do seu cargo, o(s) diretor(es) deverá(ão) respeitar a Constituição da República e todas as leis e regulamentos públicos que incidam sobre a atividade empresarial, velando para que todos os gerentes, empregados, contratados e subcontratados o façam no âmbito da Companhia. A atuação lícita, proba e ética é desejável para a condução das atividades e negócios da Companhia. **Parágrafo 5º.** Todos os atos do(s) diretor(es) que forem em conflito de interesses com a Companhia e a empresa constitui ato ilícito e falta grave, sendo também pessoalmente responsável pelos atos praticados por gerentes e mandatários, quando decorram de instruções equivocadas, inquestionavelmente lesivas à Companhia. **Capítulo V – Assembleias Gerais.** **Artigo 17.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento. **Parágrafo único.** Compete à Assembleia Geral deliberar sobre as seguintes matérias: **(i)** Aprovar qualquer matéria prevista no artigo 136, da Lei das S/A; **(ii)** Alterar o Estatuto Social da Companhia; **(iii)** Eleger e destituir membro(s) da Diretoria da Companhia, bem como fixar as atribuições e competências de cada Diretor da Companhia; **(iv)** Aprovar a realização de qualquer operação de reorganização societária envolvendo, direta ou indiretamente, a Companhia, incluindo, mas não se limitando, a fusão, incorporação, incorporação de ações, cisão, drop down de ativos, transformação de tipo societário ou cessão de estabelecimento comercial; **(v)** Aprovar o aumento e/ou redução do capital social e emissão/cancelamento de ações

da Companhia, bem como a criação e/ou a emissão de ações preferenciais da Companhia, além de criação e/ou alteração da classe das ações da Companhia, ou ainda modificar os direitos e prerrogativas atribuídas às ações existentes; **(vi)** Alteração do número e do valor nominal das ações, em casos de modificação do valor do capital social ou da sua expressão monetária, de desdobramento (“**split**”) ou grupamento (“**inplit**”); **(vii)** Aprovar as contas da Diretoria da Companhia, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia; **(viii)** Suspender o exercício dos direitos dos Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 120, da Lei das S/A; **(ix)** Aprovar pedido de recuperação (judicial/extrajudicial), declaração de autofalência, dissolução e liquidação da Companhia, bem como a indicação da forma de liquidação e dos liquidantes; **(x)** Aprovar a política de distribuição de dividendos e/ou retenção de lucros da Companhia; **(xi)** Constituir ônus ou gravame em favor de terceiros; **(xii)** Aprovar a alteração nas práticas de contabilidade, no regime de tributação, na política fiscal e trabalhista da Companhia, bem como nas práticas de contabilização e apuração das demonstrações financeiras da Companhia, exceto se exigido pelos princípios brasileiros de contabilidade; **(xiii)** Celebrar qualquer negócio que envolva a assunção de obrigações de não concorrência ou de exclusividade pela Companhia; e **(xiv)** Selecionar e destituir auditores independentes pela Companhia. **Artigo 18.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei, neste Estatuto e em Acordo de Acionistas, se houver. **Parágrafo 1º.** A convocação da Assembleia Geral poderá se dar por edital, Aviso de Recebimento ou ainda, por meios eletrônicos, tais como endereços eletrônicos (e-mails) e/ou aplicativos de mensagens instantâneas, incluindo “**WhatsApp**”, desde que seja enviada aos acionistas com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para a sua realização. **Parágrafo 2º.** A convocação será considerada válida desde que enviada ao endereço eletrônico (e-mail) ou número de telefone informado previamente pelos acionistas a Companhia. O recibo de leitura ou resposta positiva ao envio será considerado como comprovação da convocação. **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral será realizada após, no mínimo, 8 (oito) dias, contados da data da publicação do primeiro edital de convocação ou do Aviso de Recebimento, ou ainda, do recibo de leitura ou resposta positiva pelos meios eletrônicos. Em segunda convocação, a Assembleia Geral deverá ser realizada após, no mínimo, 5 (cinco) dias, contados da publicação de novo edital ou do Aviso de Recebimento, ou ainda, do recibo de leitura ou resposta positiva pelos meios eletrônicos. **Parágrafo 4º.** Nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei das S/A, ficam dispensadas as formalidades de convocação quando todos os acionistas comparecerem à Assembleia Geral ou se declararem, por escrito ou pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, deste Artigo 18, cientes do local, data, hora e da ordem do dia. **Parágrafo 5º.** As Assembleias Gerais somente serão consideradas validamente instaladas, em primeira ou segunda convocação, com a presença de todos os acionistas que detenham ações que representem, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia. **Parágrafo 6º.** As Assembleias Gerais serão presididas preferencialmente por algum Diretor da Companhia, o qual nomeará um secretário entre os presentes, acionista ou não da Companhia. Na ausência de algum Diretor, a mesa será eleita pela maioria do capital social presente. **Parágrafo 7º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, desde que ostente a qualidade de acionista ou advogado. **Parágrafo 8º.** Salvo pelas matérias de quórum qualificado previstas neste Estatuto e na Lei das S/A, todas as deliberações serão tomadas pelo quórum de maioria do capital social votante, sendo certo e acordado que, mesmo em segunda convocação, nenhuma matéria será aprovada com votos afirmativos representando 50% (cinquenta por cento) ou menos do capital social total votante da Companhia. **Parágrafo 9º.** O Presidente da Mesa não registrará qualquer voto proferido com infração a qualquer Acordo de Acionistas ou de voto devidamente arquivado por escrito ou de forma eletrônica na sede da Companhia. **Artigo 19.** As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma virtual, sem a presença física dos convocados, utilizando plataformas de videoconferência previamente definidas pela administração da Companhia, desde que garantida a identificação dos acionistas e a integridade das deliberações. Os elementos que instruem a pauta estarão disponíveis para consulta presencial ou poderão, a critério do interessado, ser consultados pelos meios eletrônicos. **Parágrafo 1º.** Opcionalmente, as Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma semipresencial, com parte dos participantes presentes fisicamente no local designado e parte participando remotamente, cabendo à administração da Companhia assegurar meios confiáveis para que todos tenham acesso ao evento por ambas as maneiras. **Parágrafo 2º.** Será lícito ao acionista, que assim entender, antecipar seu voto pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, do Artigo 18, hipótese em que se considerará o acionista presente à Assembleia Geral, bem como o cômputo formal do voto na sede da Companhia. **Parágrafo 3º.** A gravação da Assembleia Geral virtual ou semipresencial poderá ser arquivada, em conjunto com a ata escrita, junto ao Livro de Atas das Assembleias Gerais. **Artigo 20.** Os acionistas presentes, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro. **Artigo 28.** Por proposta da Diretoria, uma parcela dos lucros da Companhia, formada por até 100% (cem por cento) dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias, poderá ser destinada à formação de “Reserva de Expansão”, nos termos do artigo 194, da Lei das S/A, por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** A referida reserva tem por finalidade garantir a continuidade e o crescimento da Companhia, destinada ao financiamento de projetos de investimento, à ampliação da capacidade operacional e ao fortalecimento da sua estrutura financeira. **Parágrafo 2º.** Os recursos alocados na Reserva de Expansão somente poderão ser utilizados para: **(i)** Realização de projetos de expansão, modernização ou inovação; **(ii)** Aquisição de ativos estratégicos; **(iii)** Reforço do capital de giro, caso necessário; **(iv)** Outras finalidades aprovadas pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** Caso o montante acumulado na Reserva de Expansão ultrapasse o valor do capital social da Companhia, ou a reserva não seja utilizada para os fins definidos, os recursos excedentes deverão ser revertidos para distribuição de dividendos aos acionistas. **Artigo 29.** Os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido colocados à disposição do acionista reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII – Cessão de Ações, Direito de Preferência e Opção de Compra.** **Artigo 30.** Nenhum dos acionistas poderá, a qualquer título, alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, no todo ou em parte, exceto conforme previsto neste Capítulo VII, deste Estatuto. **Artigo 31.** Caso qualquer dos acionistas (“**Acionista Ofertante**”) receba proposta de terceiro para alienar ou de qualquer outra forma transferir, direta ou indiretamente, suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, no todo ou em parte (todos os referidos coletivamente como “**Ações Ofertadas**”), o Acionista Ofertante deverá, primeiro, oferecer tais ações aos demais acionistas (em cada caso, “**Acionista Ofertado**”), os quais terão o direito de preferência para adquiri-las nos mesmos termos e condições da oferta feita por referido terceiro (“**Potencial Comprador**”). Esta oferta deverá ser efetuada através de uma notificação por escrito ou por meios eletrônicos do Acionista Ofertante, a ser entregue ou remetido aos Acionistas Ofertados (“**Notificação de Oferta**”), com cópia para a Companhia, em que deverá constar: **(i)** o número de Ações Ofertadas, o preço a ser pago por ação, o prazo e forma de pagamento, garantias a serem prestadas; e **(ii)** demais termos e condições da venda ou da transferência proposta e o nome e identificação completos do Potencial Comprador, bem como declaração de que a oferta apresentada por parte do Potencial Comprador é firme e por escrito (“**Termos da Oferta**”). **Parágrafo 1º.** Durante os 30 (trinta) dias corridos e seguintes ao recebimento da Notificação de Oferta, os Acionistas Ofertados deverão informar por escrito ao Acionista Ofertante (“**Notificação de Resposta**”) se exercem ou não o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade, não menos que a totalidade, das Ações Ofertadas. Uma vez exercida a preferência com relação a todas as Ações Ofertadas, essas Ações Ofertadas deverão ser adquiridas de acordo com os Termos da Oferta, em não mais do que 10 (dez) dias corridos da data do recebimento pelo Acionista Ofertante da Notificação de Resposta com o exercício do direito de preferência por parte dos Acionistas Ofertados. **Parágrafo 2º.** Se os Acionistas Ofertados não encaminharem a Notificação de Resposta ao Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo

continua ...

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/09/2025



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





... continuação da Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10/04/2025 da Medicway Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda. 1º do Artigo 31, deste Estatuto, ou comunicar que não exercerão seu direito de preferência ou que exercerão, em parte, esse direito, ou ainda se não as adquirir no prazo de 10 (dez) dias do Recebimento do Acionista Ofertante da Notificação de Resposta, a Companhia, por sua Diretoria, poderá exercer o direito de recomprar as Ações Ofertadas, nas mesmas condições dos Termos da Oferta, conforme autorização do Artigo 6º, deste Estatuto, dentro de um novo prazo de 30 (trinta) dias corridos após o término do prazo estipulado no Parágrafo 1º, do Artigo 31, deste Estatuto. **Parágrafo 3º.** Se a Companhia deixar de apresentar Notificação de Resposta o Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo 1º do Artigo 31, deste Estatuto, ou comunicar que não exercerá seu direito de recomprar as Ações Ofertadas ou que exercerá, em parte, esse direito, ou ainda se não as adquirir no prazo de 30 (trinta) dias, o Acionista Ofertante estará livre para alienar todas as Ações Ofertadas ao Potencial Comprador, desde que dê cumprimento ao estabelecido no Artigo 33, deste Estatuto, durante os 60 (sessenta) dias subsequentes, nos exatos Termos da Oferta. O direito de preferência ou recompra exercido relação a apenas uma parte das Ações Ofertadas não será válido. **Parágrafo 4º.** Após o período de 60 (sessenta) dias previsto no Parágrafo 3º, do Artigo 31, deste Estatuto, ter transcorrido sem que tenha ocorrido a venda, caso o Acionista Ofertante deseje novamente alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações, deverá reiniciar o procedimento estabelecido no Artigo 31, deste Estatuto. **Artigo 32.** As mesmas regras estabelecidas no Artigo 31 deste Estatuto aplicam-se à cessão, direta ou indireta, por qualquer dos acionistas, de seu direito de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações. Os prazos para o exercício do direito de preferência em relação à cessão do direito de preferência na emissão dessas novas ações e valores mobiliários são os seguintes (a) 10 (dez) dias da aprovação do aumento de capital para o recebimento, pelo Acionista Ofertado, da notificação do Acionista Ofertante, contendo os Termos da Oferta; (b) 10 (dez) dias para o exercício do direito de preferência pelo Acionista Ofertado; (c) 5 (cinco) dias para a aquisição de todos os direitos de subscrição oferecidos. O prazo para a Companhia exercer o direito de adquirir o direito de preferência na emissão dessas novas ações e valores mobiliários, conforme autorização do Parágrafo 2º, do Artigo 6º, deste Estatuto, é de 30 (quarenta) dias da aprovação do aumento do capital social. **Artigo 33.** A transferência ou cessão de ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia para um terceiro, será válida e eficaz somente se o cessionário aderir, por escrito, e sem quaisquer restrições, aos termos e condições previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, se houver. **Artigo 34.** Neste ato, e na melhor forma de direito, em caráter irrevogável e irretratável, os acionistas outorgam em favor da Companhia a opção de compra ("call option") de suas respectivas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, podendo ser exercida pela Companhia, por sua Diretoria, em face daqueles, total ou parcialmente, a seu exclusivo critério, sem que possa existir qualquer forma de oposição, a qualquer momento, mediante comunicação expressa, podendo se dar de forma escrita ou pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, do Artigo 18, deste Estatuto. **Parágrafo 1º.** Os acionistas comprometem-se e obrigam-se, desde já, a comparecer na sede social da Companhia em dia e horário a serem marcados ou em plataforma digital, a fim participar da Assembleia Geral, bem como de assinar todos e quaisquer documentos e registros necessários, tais como Livro de Registro de Ações Companhia e Livro de Transferências de Ações da Companhia, à formalização da transferência das ações à Companhia, sob pena de, em não assinando tais documentos, constituir falta grave, responder por multa diária equivalente a 1 (um) salário mínimo vigente à época de sua imposição, sem prejuízo do direito da Companhia em realizar o depósito do preço de exercício e proceder com a celebração dos documentos/registros necessários à transferência das ações. **Parágrafo 2º.** O preço a ser pago ao acionista exercido para a aquisição das referidas ações é pelo seu valor nominal da(s) participação(ões) social(is), sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil, em parcela à vista, em moeda corrente nacional, na data em que for assinado o Termo de Transferência de Ações da alteração da titularidade das ações objeto da opção de compra exercida ("Preço de Exercício"). **Parágrafo 3º.** O preço a ser pago ao acionista exercido para a aquisição dos direitos de preferência para a

subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações é por 20% (vinte por cento) do valor nominal da(s) respectiva(s) participação(ões) social(is) correspondente a nova subscrição ou título mobiliário conversível em ações, sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil, em parcela à vista, em moeda corrente nacional, na data em que for assinado os instrumentos da alteração da titularidade dos respectivos direitos de preferência objeto da opção de compra exercida. **Parágrafo 4º.** Não havendo interesse dos demais acionistas e da Companhia na aquisição das ações do acionista retirante, e não sendo exercido pela Companhia o direito à opção de compra ("call option"), o acionista retirante poderá vendê-las, cedê-las ou transferi-las a terceiro estranho à composição societária, podendo, inclusive, a renúncia ao direito de preferência e/ou exercício de opção de compra ser tomada em Assembleia Geral. Aplica-se a mesma disposição quanto aos direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações. **Capítulo IX – Dissolução, Liquidação, Transformação, Exclusão, Insolvência, Morte. Artigo 35.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo único.** Em caso de liquidação, a Assembleia Geral nomeará um liquidante, que procederá à liquidação da Companhia e à distribuição do patrimônio remanescente, conforme as disposições legais. **Artigo 36.** A Companhia poderá transformar o seu tipo societário mediante deliberação em Assembleia Geral. **Artigo 37.** Havendo risco à continuidade da Companhia por falta grave no cumprimento das obrigações por parte de um ou mais acionistas, os demais, desde que representativos de mais da metade do capital social, poderão excluí-los da Companhia mediante deliberação em Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Consideram-se como atos de inegável gravidade, a permitir a exclusão de acionistas, por justa causa, nos termos do caput deste Artigo 37, principalmente, mas não exclusivamente, os seguintes atos: (i) Quebrar a confiança, deliberada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria do capital social, entendendo-se como quebra de confiança qualquer ato ou fato que afete a relação entre os acionistas da Companhia, como desídia, ofensa, ameaça, chantagem, enfim, todo e qualquer ato capaz de colocar em risco a relação de confiança que deve nortear o relacionamento entre todos os acionistas, mas sobretudo colocando a Companhia em inegável risco perante o mercado de atuação; (ii) Concorrer, aliciar, solicitar, sugerir, depreciar, direta ou indiretamente, tanto como proprietário, sócio, acionista, associado, investidor, parceiro, licenciado, fornecedor, financiador, operador, consultor, colaborador ou, de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela Companhia, e/ou com sociedades controladas, e/ou com sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária; (iii) Revelar, a terceiros, informações empresariais sigilosas e confidenciais da Companhia e/ou de suas controladas e/ou de sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária; (iv) Haver sido condenado por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, "lavagem" de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional ou a pena criminal que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação; (v) Desviar recursos da Companhia e/ou usar de forma indevida ou não autorizada ativos ou do nome da Companhia; (vi) Recusar a assinatura de documentos societários; (vii) Praticar atos societários que contrariem expressa norma disposta em lei ou neste contrato social; (viii) Violar disposições da Lei nº 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD") e da Lei nº 12.846/2013 ("Lei Anticorrupção"); (ix) Cometer falta grave no cumprimento das obrigações, incluindo, mas não se limitando, na prática de atos contrários aos deveres sociais descritos no Capítulo III, deste Estatuto, e de atos qualificados pela doutrina e jurisprudência como caracterizadores de falta grave, tais como, exemplificativamente, a decretação de insolvência do acionista, ato ou fato desabonador de conduta, principalmente em se tratando de ato ou fato que prejudique a Companhia no mercado de atuação, como processos judiciais por inadimplência, processo administrativo e/ou judicial pelo inadimplemento de obrigação fiscal e/ou trabalhista, e todos os demais correlatos, bem como a superveniência de incapacidade moral, a inimizade ou incompatibilidade com os demais sócios. **Parágrafo 2º.** A exclusão será determinada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, cliente o acionista a ser excluído em tempo hábil a permitir seu comparecimento físico ou virtual e o exercício do direito de defesa. Sua ausência injustificada será lançada em ata, lavrada na presença de 2 (duas) testemunhas. **Parágrafo 3º.** Aprovada a exclusão extrajudicial de acionista, proceder-se-á à respectiva lavratura do termo próprio

no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia e demais instrumentos competentes. **Artigo 38.** A Companhia não se dissolverá com a retirada ou exclusão de qualquer dos acionistas, caso em que os haveres do acionista que se retira ou é excluído serão reembolsados pelo seu exato valor nominal da(s) participação(ões) social(is) do acionista retirante ou excluído da Companhia, sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil. **Parágrafo único.** Os haveres do acionista que se retira ou é excluído serão pagos em 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da data da Assembleia Geral que formalizou a retirada ou exclusão, ou da lavratura do Termo de Registro/Transferência de Ações, o que for por último. **Artigo 39.** Em razão do princípio da função social da empresa e do princípio da preservação da empresa, o credor particular de qualquer acionista, ao executá-lo, deverá preferir outros bens, na forma do artigo 1.026 do Código Civil. **Parágrafo único.** Na hipótese de insolvência/edência e/ou penhora de ações ou lucros correspondentes, obrigatoriamente, o acionista será de pleno direito excluído da Companhia, na forma do Artigo 37, deste Estatuto, de modo que o credor não se tornará acionista, nem terá direito a sê-lo, e os haveres do acionista insolvente/falido/devedor serão pagos nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único, não podendo o credor exigir de forma diferente. **Artigo 40.** A Companhia também não se dissolverá na hipótese de morte, incapacidade ou ausência de qualquer dos acionistas, cabendo, neste caso, aos acionistas remanescentes, por maioria, deliberar em Assembleia Geral pelo prosseguimento da Companhia com os herdeiros ou sucessores do acionista falecido, incapacitado, ausente ou pelo pagamento dos respectivos haveres, nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único. **Artigo 41.** A Companhia também não se dissolverá na hipótese de extinção de casamento ou da união estável de acionista, ou ainda na morte de cônjuge ou de companheiro/convivente de acionista, de modo que as ações de tal acionista que, na partilha, forem atribuídas ao ex-cônjuge ou ex-companheiro, ou aos herdeiros, serão liquidadas e o pagamento dos respectivos haveres será realizado nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único. **Artigo 42.** O capital social sofrerá redução correspondente aos valores necessários ao pagamento dos haveres das ações liquidadas nos termos deste Capítulo, salvo se os demais acionistas suprirem o valor das ações ou se o pagamento se fizer pela Companhia com o uso de reservas contábeis, nos termos do Artigo 6º, deste Estatuto. **Parágrafo único.** A Companhia deverá atualizar o Livro de Registro/Transferência de Ações com os dados dos novos titulares das ações, conforme previsto na Lei das S/A, para assegurar a regularização da titularidade. **Capítulo X – Solução de Conflitos. Artigo 43.** Fica eleito o foro da Comarca de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas, conflitos, divergências e controvérsias relacionados, direta ou indiretamente, à Companhia, seus diretores e acionistas, ou nas relações entre estes e à Companhia, e ao presente Estatuto. **Capítulo XI – Disposições Gerais. Artigo 44.** Os casos omissos e duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. **Artigo 45.** A nulidade de qualquer disposição anotada neste Estatuto, na totalidade ou parte de artigo, não implica nulidade do restante do ato constitutivo, não lhe retirando validade ou eficácia. **Artigo 46.** A Companhia e seus acionistas observação os termos e condições de eventuais Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de registrar transferências e oerações de ações e/ou direitos de subscrição e/ou de outros valores mobiliários contrários às suas disposições e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos lançados em infração a tais acordos, nos termos do artigo 118, da Lei das S/A. **Artigo 47.** A Companhia e seus acionistas declaram expressamente estarem cientes e de acordo com a possibilidade de registro e averbação de atos empresariais para arquivamento na JUCESP, mediante assinaturas eletrônicas, ou utilização das plataformas eletrônicas de assinatura digital, tais como DocuSign, ClickSign, ZapSign e demais, devidamente autorizadas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, sendo considerados documentos particulares para todos os fins legais, nos termos da MP nº 2200-2/2001 e da MP nº 983/2020. São Caetano do Sul/SP, 10 de abril de 2025. **Mesa: Pedro Henrique de Menezes Arraes** – Presidente; **Adriana Serrano Cavassani** – Secretária. Visto do Advogado: **Adriana Serrano Cavassani** OAB/SP – 196.162. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certificado o registro sob o nº 301.478/25-9 e NIRE 35.300.673.433 em 21/08/2025. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

# Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





## Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos Ltda.

CNPJ/MF nº 07.597.405/0001-06 - NIRE nº 35.220.075.122

**Ata de Reunião de Sócios de Transformação em Sociedade Anônima em 10 de abril de 2025**  
**1. Data, Hora e Local:** Aos 10 de abril de 2025, às 9h00 (nove horas), na sede social da **Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos Ltda.**, situada no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, à Alameda Cautim, nº 115 - salas 405, 421, 504, 505, 510, 511 e 512 - Torre D - Bairro Cerâmica, CEP 09531-195 ("Sociedade"), reuniram-se os sócios abaixo qualificados: **i. Frontier Corp.**, pessoa jurídica de direito privado domiciliada no exterior, com sede à 201 Edwin Wallace Rey Drive - Roger's Office Building - George Hill - Anguilla, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ/MF) sob o nº 38.223.356/0001-67, neste ato representada por seu procurador José Marco Aurélio de Paula Albuquerque, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 66.686.305-2 SSP/SP, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 057.418.901-72, com endereço à Rua Coronel Melo Oliveira, 226, apt. 11, Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05.011-040; **ii. José Marco Aurélio de Paula Albuquerque**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 66.686.305-2 SSP/SP, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 057.418.901-72, com endereço à Rua Coronel Melo Oliveira, 226, apt. 11, Perdizes, São Paulo/SP, CEP: 05.011-040; **iii. Irivaldo de Oliveira Lopes**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.332.042 e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 106.654.168-06, residente e domiciliado na Capital do Estado de São Paulo, à Rua Dona Brígida, nº 265 - apto 141 - Bairro Vila Mariana, CEP 04111-080; e **iv. Simone de Souza Salomão**, brasileira, solteira, administradora, portadora da Cédula de Identidade RG nº 39.345.343-1 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 072.116.136-70, residente e domiciliada à Rua Dracena, 360 - Vila Gepina - Município de Itaquaquecetuba - Estado de São Paulo - CEP 08577-090. **2. Convocação:** Dispensas as formalidades de convocação, em virtude da presença de todos os sócios nesta reunião, representando a totalidade do capital social da Sociedade, nos termos do §2º, do artigo 1.072 da Lei nº 10.406/2002 ("Código Civil") e do Capítulo VIII do Contrato Social. **3. Composição da mesa:** **José Marco Aurélio de Paula Albuquerque**, já qualificado acima ("Presidente"); e **Adriana Serrano Cavassani**, brasileira, casada, advogada, portadora da Cédula de Identidade RG nº 20.373.070-7, inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda (CPF/MF) sob o nº 132.516.208-60 e na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo (OAB/SP) nº 196.162, residente e domiciliada à Rua João Adolfo, 118, çto. 1.403, centro, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01.050-020 ("Secretária"). **4. Ordem do dia:** Reuniram-se os sócios para discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: **i.** Transformação da Sociedade, atualmente constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, em sociedade anônima de capital fechado, nos termos dos artigos 220 a 222, da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."), com a respectiva alteração da denominação da Sociedade para "**Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos S.A.**"; ("Companhia"); **ii.** Conversão e fixação do capital social da Companhia, com a anuência à subscrição das ações e renúncia ao direito de preferência; **iii.** Aprovação do projeto de Estatuto Social da Companhia, na forma do **Anexo I** desta ata; **iv.** Definição do meio de publicação dos atos societários da Companhia; **v.** Eleição da Diretoria para exercer a administração da Companhia; **vi.** Outorga de autorização para a administração tomar todas as providências necessárias à implementação da transformação ora deliberada; **5. Deliberações:** Após a análise e discussão das matérias constantes na ordem do dia, os sócios aprovaram, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas ou restrições, o quanto segue: **i.** A transformação em sociedade anônima de capital fechado, sob a denominação de "**Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos S.A.**", sendo que não há solução de continuidade nos negócios ora em curso, mantendo a nova empresa todos os direitos e obrigações que compõem o patrimônio da Sociedade, ora transformada em Companhia, nos termos dos artigos 220 a 222, da Lei das S.A.; **ii.** A conversão das atuais 109.000 (cento e nove mil) quotas, com o valor nominal de R\$100,00 (cem reais) cada, para 109.000 (cento e nove mil) ações ordinárias, nominativas, da mesma classe e com valor nominal de emissão de R\$100,00 (cem reais) cada, representando o fôco do capital social em R\$10.900.000,00 (dez milhões e noventa mil reais), de modo que as ações já estão integralizadas pela transformação societária, conforme os respectivos boletins de subscrição, na forma do **Anexo II** desta ata; neste ato, a totalidade dos sócios, doravante acionistas, consentem e anuem com as subscrições ora realizadas, renunciando expressamente aos respectivos direitos de preferência, nos termos do artigo 171, da Lei das S.A.; **iii.** O projeto do Estatuto Social, conforme descrito no **Anexo I** da presente ata, o qual foi lido na íntegra e passará a vigorar, desde já, com a redação lá constante; **iv.** A definição preferencial do meio eletrônico para a publicação da presente ata e demais publicações da Companhia, por intermédio da Central de Balanços do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, conforme a Portaria ME nº 12.071/2021, de modo que, acaso seja ultrapassado o requisito do limite legal da receita bruta anual, serão procedidas com as publicações em jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da Companhia, nos termos do artigo 289, da Lei das S.A.; **v.** A eleição do acionista **José Marco Aurélio de Paula Albuquerque**, já qualificado acima, para o cargo de Diretor sem designação específica da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2028, permitida a reeleição, nos termos do artigo 143, da Lei das S.A., com redação atual dada pela Lei Complementar nº 182, de 2021; neste ato, o Diretor sem designação específica eleito assina o Termo de Posse, que integra na forma do **Anexo III** desta ata, e se será lavrado no correspondente Livro de Registro de Atas da Diretoria da Companhia, no prazo de 30 (trinta) dias seguintes contados da nomeação realizada e registrada pela presente ata, em conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 149, da Lei das S.A.; ficou ainda estabelecido que a remuneração do Diretor será mantida a mesma que é atualmente conferida pela Sociedade, até a realização de Assembleia Geral Ordinária na sede social da Companhia em sentido diverso; **vi.** A autorização, à administração, para que tomem todas as providências necessárias à implementação da transformação ora aprovada, salientando a desnecessidade de ser elaborada e averbada alteração do Contrato Social perante a Junta Comercial, eis que a reunião de sócios formalizada nesta ata é o instrumento hábil e suficiente à aprovação da presente transformação para Companhia e à implementação do Estatuto Social, em obediência ao artigo 66, da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, com alteração atual dada pela Instrução Normativa DREI nº 01/2024. **6. Declaração.** O Diretor eleito declara, para os devidos fins, nos termos do disposto no artigo 147, §1º, da Lei das S.A., que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividade mercantil, conforme declaração expressa constante no Termo de Posse que integra a presente ata na forma de **Anexo III**. **7. Encerramento.** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme por todos os presentes, foi aprovada e assinada. Nos termos do artigo 130, da Lei das S.A., foi lavrada a ata em livro próprio, sendo a presente cópia fiel para todos os legais e jurídicos efeitos. São Caetano do Sul/SP, 10 de abril de 2025. Mesa: José Marco Aurélio de Paula Albuquerque, Presidente; Adriana Serrano Cavassani, Secretária. Sócios: Frontier Corp., José Marco Aurélio de Paula Albuquerque, r/p José Marco Aurélio de Paula Albuquerque; Irivaldo de Oliveira Lopes; Simone de Souza Salomão. Acionistas Subscritores: Frontier Corp., José Marco Aurélio de Paula Albuquerque, r/p José Marco Aurélio de Paula Albuquerque. Irivaldo de Oliveira Lopes; Simone de Souza Salomão. Diretor sem Designação Específica: José Marco Aurélio de Paula Albuquerque. Visto do Advogado: Adriana Serrano Cavassani, OAB/SP - 196.162, JUCESP/NIRE nº 35300673328. JUCESP nº 301.105/25-0 em 21/08/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

**ESTATUTO SOCIAL. Capítulo I. Denominação, Sede, Objeto Social e Duração. Artigo 1º.** A pessoa jurídica denominada **Steel Surgical Comércio de Materiais Cirúrgicos S.A.** ("Companhia") é constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado e será regida pelo presente Estatuto Social ("Estatuto") e as disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações ("Lei das S.A."). **Parágrafo único.** Os acionistas e a Companhia poderão firmar acordo de acionistas ("Acordo de Acionistas"), o qual também regerá a Companhia e ficará arquivado na sua sede social. **Artigo 2º.** A Companhia tem sede social e foro no Município de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, na Alameda Cautim, nº 115 - salas 405, 421, 504, 505, 510, 511 e 512 - Torre D - Bairro Cerâmica, CEP 09.531-195, podendo abrir, instalar ou encerrar filiais, sucursais, agências, escritórios ou outros estabelecimentos em qualquer parte do território nacional ou exterior, por deliberação da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social (a) comércio atacatista de materiais cirúrgicos, médicos e afins, (b) prestação de serviços de reparação de materiais cirúrgicos, médicos e afins, e (c) intermediação e transporte de produtos. **Parágrafo único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Artigo 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Capital Social e Ações. Artigo 5º.** O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$10.900.000,00 (dez milhões e noventa mil reais), dividido em 109.000 (cento e nove mil) ações ordinárias nominativas, da mesma classe e com valor nominal de emissão de R\$100,00 (cem reais) cada. **Parágrafo 1º.** Observadas as condições previstas neste Estatuto, Acordo de Acionistas e legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 1 voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 1 (um) proprietário para cada uma delas, pela inscrição do nome do acionista no Livro de Registro de Ações da Companhia, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do parágrafo único, do artigo 28 da Lei das S.A. **Parágrafo 3º.** A Companhia, a qualquer tempo, poderá instituir ações preferenciais, bem como classes, tanto para as ações ordinárias, como para as ações preferenciais, bem como modificar os direitos e prerrogativas atribuídas às ações existentes. **Parágrafo 4º.** Fica autorizada a alteração do número e do valor nominal das ações, em casos de modificação do valor do capital social ou da sua expressão monetária, de desdobramento ("split") ou grupamento ("mintit"); (v) Aprovar as contas da Diretoria da Companhia, bem como examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia; (vi) Suspender o exercício dos direitos dos Acionistas da Companhia, nos termos do artigo 120, da Lei das S.A.; (ix) Aprovar pedido de recuperação (judicial/extrajudicial), declaração de autofalência, dissolução e liquidação da Companhia, bem como a indicação da forma de liquidação e dos liquidantes; (x) Aprovar a política de distribuição de dividendos e/ou retenção de lucros da Companhia; (xi) Constituir ônus ou gravame em favor de terceiros; (xii) Aprovar a alteração nas práticas de contabilidade, no regime de tributação, na política fiscal e trabalhista da Companhia, exceto se exigido pelos princípios brasileiros de contabilidade; (xiii) Celebrar qualquer negócio que envolva a assunção de obrigações de não concorrência ou de exclusividade pela Companhia; e (xiv) Selecionar e destituir auditores independentes pela Companhia. **Artigo 18.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia ordinariamente dentro de 4 meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas em lei e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos em lei, neste Estatuto e em Acordo de Acionistas, se houver. **Parágrafo 1º.** A convocação da Assembleia Geral poderá se dar por edital, Aviso de Reccebimento ou ainda, por meios eletrônicos, tais como endereços eletrônicos (e-mails) e/ou aplicativos de mensagens instantâneas, incluindo "WhatsApp"; desde que seja enviada aos acionistas com antecedência mínima de 8 (oito) dias da data prevista para a sua realização. **Parágrafo 2º.** A convocação será considerada válida desde que enviada ao endereço eletrônico (e-mail) ou número de telefone informado previamente pelos acionistas à Companhia. O recibo de leitura ou resposta positiva ao envio

será considerado como comprovação da convocação **Parágrafo 3º.** A Assembleia Geral será realizada após, no mínimo, 8 (oito) dias, contados da data da publicação do primeiro edital de convocação ou do Aviso de Reccebimento, ou ainda, do recibo de leitura ou resposta positiva pelos meios eletrônicos. Em segunda convocação, a Assembleia Geral deverá ser realizada após, no mínimo, 5 (cinco) dias, contados da publicação de novo edital ou do Aviso de Reccebimento, ou ainda, do recibo de leitura ou resposta positiva pelos meios eletrônicos. **Parágrafo 4º.** Nos termos do artigo 124, §4º, da Lei das S.A., ficam dispensadas as formalidades de convocação quando todos os acionistas comparecerem à Assembleia Geral ou se declararem, por escrito ou pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, deste Artigo 18, cientes do local, data, hora e da ordem do dia. **Parágrafo 5º.** As Assembleias Gerais somente serão consideradas validamente instaladas, em primeira ou segunda convocação, com a presença de todos os acionistas que detenham ações que representem, no mínimo, a maioria do capital social votante da Companhia. **Parágrafo 6º.** As Assembleias Gerais serão presididas preferencialmente por algum Diretor da Companhia, o qual nomeará um secretário entre os presentes, acionista ou não da Companhia. Na ausência de algum Diretor, a mesa será eleita pela maioria do capital social presente. **Parágrafo 7º.** Os acionistas poderão ser representados nas Assembleias Gerais por procurador, desde que ostente a qualidade de acionista ou advogado. **Parágrafo 8º.** Salvo pelas matérias de quórum qualificado previstas neste Estatuto e na Lei das S.A., todas as deliberações serão tomadas pelo quórum de maioria do capital social votante, sendo certo e acordado que, mesmo em segunda convocação, nenhuma matéria será aprovada com votos afirmativos representando 50% (cinquenta por cento) ou menos do capital social total votante da Companhia. **Parágrafo 9º.** O Presidente da Mesa não registrará qualquer voto proferido com infração a qualquer Acordo de Acionistas ou de voto devidamente arquivado por escrito ou de forma eletrônica na sede da Companhia. **Artigo 19.** As Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma virtual, sem a presença física dos convocados, utilizando plataformas de videoconferência previamente definidas pela administração da Companhia, desde que garantida a identificação dos acionistas e a integridade das deliberações. Os elementos que instruem a pauta estarão disponíveis para consulta presencial ou poderão, a critério do interessado, ser consultados pelos meios eletrônicos. **Parágrafo 1º.** Opcionalmente, as Assembleias Gerais poderão ser realizadas de forma semipresencial, com parte dos participantes presentes fisicamente no local designado e parte participando remotamente, cabendo à administração da Companhia assegurar meios confiáveis para que todos tenham acesso ao evento por ambas as maneiras. **Parágrafo 2º.** Será lícito ao acionista, que assim entender, antecipar seu voto pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, do Artigo 18, hipótese em que se considerará o acionista presente à Assembleia Geral, bem como o cômputo formal do voto na sede da Companhia. **Parágrafo 3º.** A gravação da Assembleia Geral virtual ou semipresencial poderá ser arquivada, em conjunto com a ata escrita, junto ao Livro de Atas das Assembleias Gerais. **Artigo 20.** Respeitadas as limitações previstas em lei e neste Estatuto, a Assembleia Geral tornar-se-á dispensável quando os acionistas que representem o mínimo necessário para a aprovação da matéria decidirem-na, por escrito, assinando o respectivo documento, inclusive de forma eletrônica, desde que em conformidade com a legislação aplicável. **Parágrafo único.** As deliberações tomadas por escrito terão a mesma validade das aprovadas em Assembleia Geral regularmente convocada e realizada. **Capítulo VI. Conselho Fiscal. Artigo 21.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, com mandato unificado de 1 (um) ano, permitida à reeleição, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral. **Parágrafo único.** A instalação do Conselho Fiscal far-se-á por deliberação da Assembleia Geral, nos casos previstos pela legislação aplicável em vigor. **Capítulo VII. Exercício Social. Demonstrações Financeiras e Lucros. Artigo 22.** O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as demonstrações financeiras previstas em lei. **Artigo 23.** Por deliberação da Assembleia Geral, a Companhia poderá levantar demonstrações financeiras intermediárias em período semestral, trimestral ou mensal, e os acionistas, em Assembleia Geral, deliberarão sobre a distribuição de dividendos com base nos lucros apurados nas referidas demonstrações financeiras, respeitado o disposto no artigo 204, da Lei das S.A. **Parágrafo único.** A qualquer tempo, a Assembleia Geral também poderá deliberar sobre a distribuição dos dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados, ou de reservas de lucros existentes na última demonstração financeira anual, semestral, trimestral ou em período menor, conforme o caso. **Artigo 24.** A Assembleia Geral poderá fixar o montante dos juros a serem pagos ou creditados aos acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, respeitado o disposto na legislação aplicável. **Artigo 25.** Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 26.** Do resultado do exercício ou das demonstrações financeiras intermediárias previstas no Artigo 23, deste Estatuto, serão deduzidas, antes de qualquer participação, as necessárias amortizações, depreciações e provisões, incluindo os prejuízos acumulados e as provisões para o pagamento dos tributos sobre a renda. **Artigo 27.** Do lucro líquido do exercício ou das demonstrações financeiras intermediárias previstas no Artigo 23, deste Estatuto, apurado após os ajustes mencionados no Artigo 26 acima, serão deduzidos sucessivamente e na seguinte ordem: (i) 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social ou o limite previsto no artigo 193, §1º da Lei das S.A.; (ii) Quando for o caso, as importâncias necessárias ou as aditadas para as reservas de que tratam os artigos 195 a 197 da Lei das S.A.; (iii) A porcentagem determinada de acordo com a aplicação das normas do artigo 202, da Lei da S.A., para pagamento do dividendo obrigatório, podendo a Assembleia Geral, desde que não haja oposição de qualquer acionista presente, deliberar a distribuição de dividendo inferior ao obrigatório, ou a retenção de todo o lucro. **Artigo 28.** Por proposta da Diretoria, uma parcela dos lucros da Companhia, formada por até 100% (cem por cento) dos lucros que remanescerem após as deduções legais e estatutárias, poderá ser destinada à formação de "Reserva de Expansão", nos termos do artigo 194, da Lei das S.A., por deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** A referida reserva tem por finalidade garantir a continuidade e o crescimento da Companhia, destinada ao financiamento de projetos de investimento, à ampliação da capacidade operacional e ao fortalecimento da sua estrutura financeira. **Parágrafo 2º.** Os recursos alocados na Reserva de Expansão somente poderão ser utilizados para: (i) Realização de projetos de expansão, modernização ou inovação; (ii) Aquisição de ativos estratégicos; (iii) Reforço do capital de giro, caso necessário; (iv) Outras finalidades aprovadas pela Assembleia Geral. **Parágrafo 2º.** Caso o montante acumulado na Reserva de Expansão ultrapasse o valor do capital social da Companhia, ou a reserva não seja utilizada para os fins definidos, os recursos excedentes deverão ser revertidos para distribuição de dividendos aos acionistas. **Artigo 29.** Os dividendos e juros sobre capital próprio que não forem reclamados no prazo de 3 (três) anos contados da data em que tenham sido colocados à disposição do acionista reverterão em favor da Companhia. **Capítulo VIII. Cessão de Ações, Direito de Preferência e Opção de Compra. Artigo 30.** Nenhum dos acionistas poderá, a qualquer título, alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, no todo ou em parte, exceto conforme previsto neste Capítulo VIII, deste Estatuto. **Artigo 31.** Caso qualquer dos acionistas ("Acionista Ofertante") receba proposta de terceiro para alienar ou de qualquer outra forma transferir, direta ou indiretamente, suas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, no todo ou em parte (todos os referidos coletivamente como ("Ações Ofertadas")), o Acionista Ofertante deverá, primeiro, oferecer tais ações aos demais acionistas (em cada caso, "Acionista Ofertado"), os quais terão o direito de preferência para adquiri-las nos mesmos termos e condições da oferta feita por referido terceiro ("Potencial Comprador"). Esta oferta deverá ser efetuada através de uma notificação por escrito ou por meios eletrônicos do Acionista Ofertante, a ser entregue ou remetido aos Acionistas Ofertados ("Notificação de Oferta"), com cópia para a Companhia, em que deverá constar (i) o número de Ações Ofertadas, o preço a ser pago por ação, o prazo e forma de pagamento, garantias a serem prestadas; e (ii) demais termos e condições da venda ou da transferência proposta e o nome e identificação completos do Potencial Comprador, bem como declaração de que a oferta apresentada por parte do Potencial Comprador é firme e por escrito ("Termos da Oferta") **Parágrafo 1º.** Durante os 30 (trinta) dias corridos e seguintes ao recebimento da Notificação de Oferta, os Acionistas Ofertados deverão informar por escrito ao Acionista Ofertante ("Notificação de Resposta") se exercerão ou não o seu direito de preferência para a aquisição da totalidade, não menos que a totalidade, das Ações Ofertadas. Uma vez exercida a preferência com relação a todas as Ações Ofertadas, essas Ações Ofertadas deverão ser adquiridas de acordo com os Termos da Oferta, em não mais do que 10 (dez) dias corridos da data do recebimento pelo Acionista Ofertante da Notificação de Resposta com o exercício do direito de preferência por parte dos Acionistas Ofertados. **Parágrafo 2º.** Se os Acionistas Ofertados não encaminharem a Notificação de Resposta ao Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo 1º do Artigo 31, deste Estatuto, ou comunicar que não exercerão seu direito de preferência ou que exercerão, em parte, esse direito, ou ainda se não as adquirir no prazo de 10 (dez) dias do Recebimento do Acionista Ofertante da Notificação de Resposta, a Companhia, por sua Diretoria, poderá exercer o direito de recomprar as Ações Ofertadas, nas mesmas condições dos Termos da Oferta, conforme autorização do Artigo 6º, deste Estatuto, dentro de um novo de prazo de 30 (trinta) dias corridos após o término do prazo estipulado no Parágrafo 1º, do Artigo 31, deste Estatuto. **Parágrafo 3º.** Se a Companhia deixar de apresentar Notificação de Resposta ao Acionista Ofertante dentro do prazo estabelecido no Parágrafo 1º do Artigo 31, deste Estatuto, ou comunicar que não exercerá seu direito de recomprar as Ações Ofertadas ou que exercerá, em parte, esse direito, ou ainda se não as adquirir no prazo de 30 (trinta) dias, o Acionista Ofertante estará livre para alienar todas as Ações Ofertadas ao Potencial Comprador, desde que cumprirem ao estabelecido no Artigo 33, deste Estatuto, durante os 60 (sessenta) dias subsequentes, nos exatos Termos da Oferta. O direito de preferência ou recompra exercido relação a apenas uma parte das Ações Ofertadas não será válido. **Parágrafo 4º.** Após o período de 60 (sessenta) dias previsto no Parágrafo 3º, do Artigo 31, deste Estatuto, ter transcorrido sem que tenha ocorrido a venda, caso o Acionista Ofertante deixe novamente alienar ou de qualquer outra forma transferir direta ou indiretamente suas ações, deverá reiniciar o procedimento estabelecido no Artigo 31, deste Estatuto. **Artigo 32.** As mesmas regras estabelecidas no Artigo 31 deste Estatuto aplicam-se à cessão, direta ou indireta, por qualquer dos acionistas, de seu direito de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações ou permutáveis por ações. Os prazos para o exercício do direito de preferência em relação à cessão do direito de preferência na emissão dessas novas ações e valores mobiliários são os seguintes (a) 10 (dez) dias da aprovação do aumento de capital para o recebimento, pelo Acionista Ofertado, da notificação do Acionista Ofertante, contendo os Termos da Oferta; (b) 10 (dez) dias para o exercício do direito de preferência pelo Acionista Ofertado; (c) 5 (cinco) dias para a aquisição de todos os direitos de subscrição oferecidos. O prazo para a Companhia exercer o direito de adquirir o direito de preferência na emissão dessas novas ações e valores mobiliários, conforme autorização do Parágrafo 2º, do Artigo 6º, deste Estatuto, é de 30 (trinta) dias da aprovação do aumento do capital social. **Artigo 33.** A transferência ou cessão de ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia para um terceiro, será válida e eficaz somente se o cessionário aderir, por escrito, e sem quaisquer restrições, aos termos e condições previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas, se houver. **Artigo 34.** Neste ato, e na melhor forma de direito, em caráter *continua* ➡

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/09/2025



Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)





**continua ➡**

irrevogável e irretroatável, os acionistas outorgam em favor da Companhia a opção de compra (“*call option*”) de suas respectivas ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações, podendo ser exercida pela Companhia, por sua Diretoria, em face daqueles, total ou parcialmente, a seu exclusivo critério, sem que possa existir qualquer forma de oposição, a qualquer momento, mediante comunicação expressa, podendo se dar de forma escrita ou pelos meios eletrônicos mencionados no Parágrafo 1º, do Artigo 18, deste Estatuto. **Parágrafo 1º.** Os acionistas comprometem-se e obrigam-se, desde já, a comparecer na sede social da Companhia em dia e horário a serem marcados ou em plataforma digital, a fim participar da Assembleia Geral, bem como de assinar todos e quaisquer documentos e registros necessários, tais como Livro de Registro de Ações Companhia e Livro de Transferências de Ações da Companhia, à formalização da transferência das ações à Companhia, sob pena de, em não assinando tais documentos, constituir falta grave, responder por multa diária equivalente a 1 (um) salário mínimo vigente à época de sua imposição, sem prejuízo do direito da Companhia em realizar o depósito do Preço de Exercício e proceder com a celebração dos documentos/registros necessários à transferência das ações. **Parágrafo 2º.** O preço a ser pago ao acionista exercido para a aquisição das referidas ações é pelo seu valor nominal da(s) participação(ões) social(is), sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil, em parcela à vista, em moeda corrente nacional, na data em que for assinado o Termo de Transferência de Ações da alteração da titularidade das ações objeto da opção de compra exercida (“*Preço de Exercício*”). **Parágrafo 3º.** O preço a ser pago ao acionista exercido para a aquisição dos direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações é de 20% (vinte por cento) do valor nominal da(s) respectiva(s) participação(ões) social(is) correspondente a nova subscrição ou título mobiliário conversível em ações, sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil, em parcela à vista, em moeda corrente nacional, na data em que for assinado os instrumentos da alteração da titularidade dos respectivos direitos de preferência objeto da opção de compra exercida. **Parágrafo 4º.** Não havendo interesse dos demais acionistas e da Companhia na aquisição das ações do acionista retirante, e não sendo exercido pela Companhia o direito à opção de compra (“*call option*”), o acionista retirante poderá vendê-las, cedê-las ou transferi-las a terceiro estranho à composição societária, podendo, inclusive, a renúncia ao direito de preferência e/ou exercício de opção de compra ser tomada em Assembleia Geral. Aplica-se a mesma disposição Quanto aos direitos de preferência para a subscrição de novas ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em ações. **Capítulo IX. Dissolução, Liquidação, Transformação, Exclusão, Insolvência, Morte. Artigo 35.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos em lei, ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Parágrafo único.** Em caso de liquidação, a Assembleia Geral nomeará um liquidante, que procederá à liquidação da Companhia e à distribuição do patrimônio remanescente, conforme as disposições legais **Artigo 36.** A Companhia poderá transformar o seu tipo societário mediante deliberação em Assembleia Geral. **Artigo 37.** Havendo risco à continuidade da Companhia por falta grave no cumprimento das obrigações por parte de um ou mais acionistas, os demais, desde que representativos de mais da metade do capital social, poderão excluí-los da Companhia mediante deliberação em Assembleia Geral. **Parágrafo 1º.** Consideram-se como atos de inegável gravidade, a permitir a exclusão de acionistas, por justa causa, nos termos do *caput* deste Artigo 37, principalmente, mas não exclusivamente, os seguintes atos: (i) Quebrar a confiança, deliberada em Assembleia Geral por acionistas que representem a maioria do capital social, entendendo-se como quebra de confiança qualquer ato ou fato que afete a relação entre os acionistas da Companhia, como desídia, ofensa, ameaça, chantagem, enfim, todo e qualquer ato capaz de colocar em risco a relação de confiança que deve nortear o relacionamento entre todos os acionistas, mas sobretudo colocando a Companhia em inegável risco perante o mercado de atuação; (ii) Concorrer, aliciar, solicitar, sugerir, depreciar, direta ou indiretamente, tanto como proprietário, sócio, acionista, associado, investidor, parceiro, licenciado, fornecedor, financiador, operador, consultor, colaborador ou, de qualquer outra forma, com os negócios desenvolvidos pela Companhia, e/ou com sociedades controladas, e/ou com sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária; (iii) Revelar, a terceiros, informações empresariais sigilosas e confidenciais da Companhia e/ou de suas controladas e/ou de sociedades nas quais a Companhia tenha participação societária; (iv) Haver sido condenado por crime falimentar, prevaricação, suborno, concussão, peculato, “lavagem” de dinheiro ou ocultação de bens, direitos e valores, contra a economia popular, a ordem econômica, as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade pública, o sistema financeiro nacional ou a pena criminal que vede, ainda temporariamente, o acesso a cargos públicos, por decisão transitada em julgado, ressalvada a hipótese de reabilitação; (v) Desviar recursos da Companhia e/ou usar de forma indevida ou não autorizada ativos ou do nome da Companhia; (vi) Recusar a assinatura de documentos societários; (vii) Praticar atos societários que contrariem expressa norma disposta em lei ou neste contrato social; (viii) Violar disposições da Lei nº 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD”) e da Lei nº 12.846/2013 (“Lei Anticorrupção”); (ix) Cometer falta grave no cumprimento das obrigações, incluindo, mas não se limitando, na prática de atos contrários aos deveres sociais descritos no Capítulo III, deste Estatuto, e de atos qualificados pela doutrina e jurisprudência como caracterizadores de falta grave, tais como, exemplificativamente, a decretação de insolvência do acionista, ato ou fato desabonador de conduta, principalmente em se tratando de ato ou fato que prejudique a Companhia no mercado de atuação, como processos judiciais por inadimplência, processo administrativo e/ou judicial pelo inadimplemento de obrigação fiscal e/ou trabalhista, e todos os demais correlatos, bem como a superveniência de incapacidade moral, a inimizade ou incompatibilidade com os demais sócios. **Parágrafo 2º.** A exclusão será determinada em Assembleia Geral especialmente convocada para esse fim, ciente o acionista a ser excluído em tempo hábil a permitir seu comparecimento físico ou virtual e o exercício do direito de defesa. Sua ausência injustificada será lançada em ata, lavrada na presença de 2 (duas) testemunhas. **Parágrafo 3º.** Aprovada a exclusão extrajudicial de acionista, proceder-se-á à respectiva lavratura do termo próprio no Livro de Registro de Transferência de Ações da Companhia e demais instrumentos competentes. **Artigo 38.** A Companhia não se dissolverá com a retirada ou exclusão de qualquer dos acionistas, caso em que os haveres do acionista que se retira ou é excluído serão reembolsados pelo seu exato valor nominal da(s) participação(ões) social(is) do acionista retirante ou excluído da Companhia, sem acréscimo de qualquer natureza, nos termos do art. 315 do Código Civil. **Parágrafo único.** Os haveres do acionista que se retira ou é excluído poderão ser pagos em até 60 (sessenta) prestações mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira a 30 (trinta) dias da data da Assembleia Geral que formalizou a retirada ou exclusão, ou da lavratura do Termo de Registro/Transferência de Ações, o que for por último. **Artigo 39º.** Em razão do princípio da função social da empresa e do princípio da preservação da empresa, o credor particular de qualquer acionista, ao executá-lo, deverá preferir outros bens, na forma do artigo 1.026 do Código Civil. **Parágrafo único.** Na hipótese de insolvência/falência e/ou penhora de ações ou lucros correspondentes, obrigatoriamente o acionista será de pleno direito excluído da Companhia, na forma do Artigo 37, deste Estatuto, de modo que o credor não se tornará acionista, nem terá direito a sê-lo, e os haveres do acionista insolvente/falido/devedor serão pagos nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único, não podendo o credor exigir de forma diferente. **Artigo 40.** A Companhia também não se dissolverá na hipótese de morte, incapacidade ou ausência de qualquer dos acionistas, cabendo, neste caso, aos acionistas remanescentes, por maioria, deliberar em Assembleia Geral pelo prosseguimento da Companhia com os herdeiros ou sucessores do acionista falecido, incapacitado, ausente ou pelo pagamento dos respectivos haveres, nos termos estabelecidos no Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único. **Artigo 41.** A Companhia também não se dissolverá na hipótese de extinção de casamento ou da união estável de acionista, ou ainda na morte de cônjuge ou de companheiro/convivente de acionista, de modo que as ações de tal acionista que, na partilha, forem atribuídas ao ex-cônjuge ou ex-companheiro, ou aos herdeiros, serão liquidadas e o pagamento dos respectivos haveres será realizado nos termos estabelecidos na Artigo 38, e no respectivo Parágrafo único. **Artigo 42.** O capital social sofrerá redução correspondente aos valores necessários ao pagamento dos haveres das ações liquidadas nos termos deste Capítulo, salvo se os demais acionistas suprirem o valor das ações ou se o pagamento se fizer pela Companhia com o uso de reservas contábeis, nos termos do Artigo 6º, deste Estatuto. **Parágrafo único.** A Companhia deverá atualizar o Livro de Registro/Transferência de Ações com os dados dos novos titulares das ações, conforme previsto na Lei das S.A., para assegurar a regularização da titularidade. **Capítulo X. Solução de Conflitos. Artigo 43.** Fica eleito o foro da Comarca de São Caetano do Sul, Estado de São Paulo, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para nele serem dirimidas quaisquer dúvidas, conflitos, divergências e controvérsias relacionados, direta ou indiretamente, à Companhia, seus diretores e acionistas, ou nas relações entre estes e à Companhia, e ao presente Estatuto. **Capítulo XI. Disposições Gerais. Artigo 44.** Os casos omissos e duvidosos deste Estatuto Social serão resolvidos pela Assembleia Geral, a eles aplicando-se as disposições legais vigentes. **Artigo 45.** A nulidade de qualquer disposição anotada neste Estatuto, na totalidade ou parte de artigo, não implica nulidade no restante do ato constitutivo, não lhe retirando validade ou eficácia. **Artigo 46.** A Companhia e seus acionistas observação os termos e condições de eventuais Acordos de Acionistas arquivados em sua sede, devendo a Diretoria abster-se de registrar transferências e onerações de ações e/ou direitos de subscrição e/ou de outros valores mobiliários contrárias às suas disposições e ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar votos lançados em infração a tais acordos, nos termos do artigo 118, da Lei das S.A. **Artigo 47.** A Companhia e seus acionistas declaram expressamente estarem cientes e de acordo com a possibilidade de registro e averbação de atos empresariais para arquivamento na JUCESP, mediante assinaturas eletrônicas, ou utilização das plataformas eletrônicas de assinatura digital, tais como *DocuSign*, *ClickSign*, *ZapSign* e demais, devidamente autorizadas pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, sendo considerados documentos particulares para todos os fins legais, nos termos da MP nº. 2200-2/2001 e da MP nº 983/2020. São Caetano do Sul/SP, 10 de abril de 2025.

# Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

[datamercantil.com.br](http://datamercantil.com.br)

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: [comercial@datamercantil.com.br](mailto:comercial@datamercantil.com.br)

# DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)



Cellera Farmacêutica S.A.

CNPJ/MF nº 33.173.097/0002-74 - NIRE 35.300.503.520

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 20 de agosto de 2025

**1. Data, Hora e Local:** No dia 20 de agosto de 2025, às 10 horas, realizada na filial da Celleria Farmacêutica S.A. ("Companhia"), localizada na Av. Eng. Luís Carlos Berrini, nº 550, 9º andar, CEP 04571-001, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

**2. Convocação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade dos membros do conselho da administração da Companhia, na forma do artigo 17, parágrafo único, do Estatuto Social da Companhia.

**3. Presença:** A totalidade dos membros do Conselho da Administração da Companhia.

**4. Composição da Mesa:** Presidente: Marcos Grodetzky; Secretária: Vanessa Soares Borzani.

**5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre a aprovação de contratação/renegociação de dívidas pela Companhia.

**6. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração da Companhia decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, nos termos do Artigo 19 (xi) do Estatuto Social da Companhia: **6.1.** Aprovar a contratação de empréstimos e financiamentos pela Companhia, bem como emissão de cédulas de crédito bancário, notas de crédito à exportação, assinatura de contratos de câmbio, derivativos e respectivos aditivos, inclusive todas as suas repactuações e renegociações, junto ao **Banco BOCOM BBM S.A.**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 15.114.366/0003-20, no valor de até **R\$7.861.333,75, (sete milhões, oitocentos e sessenta e um mil, trezentos e trinta e três reais e setenta e cinco reais)**, com vistas à renegociação do prazo de pagamento relativo à (i) Cédula de Crédito Bancário nº 602.133, firmada em 26 de agosto de 2020, e respectivos aditivos, no valor principal da dívida de R\$3.803.871,23 (três milhões, oitocentos e três mil, oitocentos e setenta e um reais e vinte e três centavos); e, (ii) Cédula de Crédito Bancário nº **602.373**, firmada em 20 de outubro de 2020, e respectivos aditivos, no valor principal da dívida de R\$4.057.462,52 (quatro milhões, cinquenta e sete mil, quatrocentos e sessenta e dois reais e cinquenta e dois centavos); ("Operações").

**6.2.** Autorizar a constituição de garantias fidejussórias por meio de aval ou fiança, garantias reais de cessão fiduciária de títulos e de direitos creditórios, incluindo aplicações financeiras, títulos e recebíveis, penhor mercantil ou rural, alienação fiduciária e hipoteca, sejam referidos bens integrantes de qualquer parte do ativo da Companhia e da Celleria Consumo Ltda. (CNPJ: 14.626.301/0001-30), independentemente dos valores envolvidos, para garantir as obrigações assumidas pela Companhia nas operações contratadas junto ao Banco BOCOM BBM S.A.

**6.3.** Ficam os Diretores ainda autorizados a praticar todos os atos necessários à celebração das operações acima aprovadas, ficando autorizados a celebrar quaisquer contratos, cartas, documentos, aditamentos, declarações, recibos ou outros documentos necessários ou convenientes para implementação das Operações, conforme previsto em seus documentos aprovados.

**7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme, foi assinada pelos presentes. **Assinaturas:** Presidente: Marcos Grodetzky; Secretária: Vanessa Soares Borzani. (Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro). JUCESP nº 338. 635/25-7 em 16/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Companhia de Concessões Rodoviárias do Novo Litoral de São Paulo

CNPJ/ME nº 55.198.181/0001-02 - NIRE 35300647807

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 22 de agosto de 2025

**1. Data, Hora e Local:** Em 22 de agosto de 2025, às 11:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Rua Barão de Paranapiacaba, nº 233, 20º andar, Encruzilhada, Santos/SP, CEP 11050-251.

**2. Convocação e Presenças:** Dispensada a convocação, nos termos do §5º, do Artigo 17, do Estatuto Social da Companhia, em razão do comparecimento da totalidade dos membros do Conselho de Administração.

**3. Mesa:** Presidente: Marco Antonio Salvoni; e Secretário: Nei Moreira Junior.

**4. Ordem do dia:** Deliberar sobre autorização específica para a contratação de Seguros de Riscos Operacionais e Patrimoniais junto à **Zurich Minas Brasil Seguros S.A.**, com valor de prêmio total a pagar de R\$ 2.178.572,42 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos).

**5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade e sem qualquer ressalva, aprovaram a contratação, pela Companhia, de Seguros de Riscos Operacionais e Patrimoniais junto à **Zurich Minas Brasil Seguros S.A.**, com valor de prêmio total a pagar de R\$ 2.178.572,42 (dois milhões, cento e setenta e oito mil, quinhentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos) destinada à proteção das atividades e bens da Companhia, e em cumprimento às suas obrigações advindas do Contrato de Concessão, ficando ainda, autorizada a emissão de futuros endossos à apólice contratada, com vistas a adequar e/ou ampliar as coberturas, prazos ou condições, em conformidade com os interesses da Companhia.

**6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata que, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Mesa:** Marco Antonio Salvoni - Presidente. Nei Moreira Junior - Secretário. **Membros do Conselho de Administração:** Marco Antônio Salvoni, Claudio Roberto Daud, Lucas Gianella, Thiago Barbosa Leone, Nei Moreira Junior, Labib Faour Aoud, Jorge Marques Moura, Bruno Ferreira Caraméz e João Garcia Couri Neto. A presente confere com a original lavrada em livro próprio. São Paulo, 22 de agosto de 2025. Mesa: Marco Antonio Salvoni, Presidente; Nei Moreira Junior, Secretário. JUCESP nº 338.913/25-7 em 16/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

GERAÇÃO BIOELETRICIDADE SANTA CÂNDIDA I S.A.

CNPJ nº 12.990.881/0001-14 - NIRE 35.300.418.522

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 25 de Setembro de 2025

**Geração Bioeletricidade Santa Cândida I S.A.** ("Companhia") vem, pela presente, nos termos do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de novembro de 1976 ("Lei das S.A."), convocar os acionistas da Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada, em primeira convocação, em 25 de setembro de 2025, às 10:00 horas, **de forma digital**, por meio do link do aplicativo de videoconferência Teams, a ser disponibilizado pela Companhia, conforme autorizado pela Lei nº 14.030 de 28 de julho de 2020 e regulamentado pela Instrução Normativa nº 81 do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração, datada de 10 de junho de 2020 ("IN DREI nº 81/2020"), para examinar, discutir e votar a respeito da seguinte ordem do dia: (i) a homologação do grupamento da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, na proporção de 100.000 (cem mil) ações para formar 1 (uma) ação, sem alteração da cifra do capital social da Companhia, nos termos do art. 12 da Lei das S.A., conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 07 de agosto de 2025, às 10:00 horas; (ii) a aprovação da alteração da redação do *caput* da Cláusula Quinta do Estatuto Social da Companhia, para fins de atualizar a quantidade de ações emitidas da Companhia, tendo em vista o quanto deliberado no item "I" acima; (iii) a consolidação do Estatuto Social da Companhia; e (iv) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações acima, se aprovadas. Nos termos do art. 126 da Lei das S.A., para participar da Assembleia, os acionistas ou seus representantes deverão apresentar à Companhia, aos cuidados da Secretaria de Governança, *e-mail* [secretariadegovernanca@raizen.com](mailto:secretariadegovernanca@raizen.com): (a) documento de identidade; (b) atos societários que comprovem a representação legal; e (c) instrumento de outorga de poderes de representação, conforme aplicável. O representante do acionista pessoa jurídica deverá apresentar cópia simples dos seguintes documentos, devidamente registrados no órgão competente: (a) Contrato ou Estatuto Social; e (b) ato societário de eleição do administrador que (b.i) comparecer à Assembleia como representante da pessoa jurídica, ou (b.ii) assinar procuração para que terceiro represente acionista pessoa jurídica. Para participação por meio de procurador, a outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do art. 126, §1º, da Lei das S.A. Em cumprimento ao disposto no art. 654, §§1º e 2º da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos, contendo o reconhecimento da firma do outorgante. Conforme estabelecido na IN DREI nº 81/2020, os documentos mencionados acima deverão ser apresentados pelos acionistas à Companhia em até, no máximo, 30 (trinta) minutos antes do horário da abertura dos trabalhos. As pessoas naturais e jurídicas acionistas da Companhia somente poderão ser representadas na Assembleia por procurador que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, consoante previsto no art. 126, §1º da Lei das S.A. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia.

Bocaína/SP, 16 de setembro de 2025

**Frederico Barbosa Saliba** - Diretor Presidente

Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá - SAEG

CNPJ nº 09.134.807/0001-91 - NIRE 35500759561

Ata da Assembleia Geral Extraordinária

Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de julho de 2025, às 09h00, na presença do seu controlador único, foi instalada Assembleia Geral Extraordinária da Companhia de Serviço de Água, Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá – SAEG, no município Guaratinguetá, Estado de São Paulo, na sede da Prefeitura Municipal da Estância Turística de Guaratinguetá, Rua Aluisio José de Castro, 147, Chácara Selles, CEP: 12505-470. **Convocação:** Dispensada nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei Federal 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **Presença dos Convocados:** Presente o Senhor Antônio Gilberto Filipo Fernandes Junior, Prefeito e representante do Município de Guaratinguetá, detentor da totalidade do capital social da SAEG. Presente o Conselheiro de Administração e Diretor-Presidente da SAEG, o senhor Edilson Aleixo de Oliveira. A reunião também contou com a presença do Secretário Municipal de Governo, o senhor André Luis de Paula Marques, da senhora Ana Cláudia Cavalcá Corrêa e dos senhores José Carlos da Silva Tavares, José Maria Junior, Marco Antônio Martins Velloso, Marcos Augusto Teixeira, Hélio Alves da Silva, Jony Allan Silva do Amaral, José Hélio Marins Galvão Nunes, Laércio Andrade dos Santos, Paulo Celso Resende Rangel e Waldomiro May Junior. Por solicitação do acionista controlador único, presidiu a Assembleia o Conselheiro de Administração Edilson Aleixo de Oliveira, que convidou a senhora Ana Cláudia Cavalcá Corrêa para secretariar a reunião. Instalada a Assembleia, procedeu-se à leitura da ordem do dia, que foi submetida à apreciação. Dessa forma, o presidente da Assembleia determinou que fosse cumprida e seguida a **Ordem do Dia:** **a)** Eleição dos membros do Conselho de Administração, conforme artigo 14, inciso V do Estatuto Social; e **b)** Eleição dos membros do Conselho Fiscal, conforme artigo 14, inciso VI do Estatuto Social. Considerando a presença da totalidade do capital social da Companhia, foram iniciados os trabalhos conforme ordem do dia: **a)** Considerando a destituição dos senhores Renato Barboza Valentim, Margarida Sueli Bredariol Canetieri, José Carlos Guimarães Porto e Edson Rubens Salla do cargo de conselheiro de administração, a partir de 01/07/2025, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/01/2025, o acionista controlador único, em Assembleia Geral Extraordinária, assim deliberou: **eleger** para o cargo de Conselheiro de Administração da SAEG, para mandato de gestão unificado de 2 (dois) anos, com início na data de assinatura do respectivo termo de posse, podendo ser reconduzidos nos termos do Estatuto Social da Companhia, os senhores: (1) **José Carlos da Silva Tavares**, brasileiro, casado, bacharel em Direito, titular da cédula de identidade RG nº 4.142.847-X, inscrito no CPF/MF sob o nº 548.560.658-34, residente e domiciliado na Rua Padre Antônio Vieira, 81, Vila Paraiba, município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP nº 12515-430; **(2) José Maria Junior**, brasileiro, casado, tecnólogo em Gestão Pública, titular da cédula de identidade RG nº 16.141.493-SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 075.860.288-00, residente e domiciliado na Rua Luiz Caetano, 41, Parque das Árvores, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP nº 12506-280; **(3) Marco Antônio Martins Velloso**, brasileiro, casado, bacharel em Administração, titular da cédula de identidade RG nº 12.861.002 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 019.217.998-54, residente e domiciliado na Rua Vicente de Paulo Penido, 341, Parque das Árvores, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP nº 12506-210, e; **(4) Marcos Augusto Teixeira**, brasileiro, divorciado, bacharel em Administração, titular da cédula de identidade RG nº 9.713.604-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 548.675.098-68, residente na Rua Sargento Maurício Rosetoloto de Moraes, 137, apartamento nº 04, Coopemi, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP nº 12513-577. Eleitos para os cargos de Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração os senhores **José Carlos da Silva Tavares** e **José Maria Junior**, respectivamente; **b)** Considerando a destituição dos senhores Laércio Andrade dos Santos, Alexandre Augusto Rocha da Costa, Tânia Mara Reis de Souza Rodrigues da Silva, Giuliano Lobo Franca e Maurício Lobosco Werneck do cargo de conselheiro fiscal, a partir de 01/07/2025, conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 31/01/2025, o acionista controlador único, em Assembleia Geral Extraordinária, assim deliberou: **eleger** para o cargo de Conselheiro Fiscal da SAEG, para mandato com início na data de assinatura do respectivo termo de posse, podendo ser reconduzidos nos termos do Estatuto Social da Companhia, os senhores: (1) **Hélio Alves da Silva**, brasileiro, divorciado, bacharel em Administração, titular da cédula de identidade RG nº 11.563.249-9, inscrito no CPF/MF sob o nº 887.146.918-68, residente e domiciliado na Rua Quintino Bocaiuva, 232, Bairro Nova Guará, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP nº 12515-505; **(2) Jony Allan Silva do Amaral**, brasileiro, casado, bacharel em Direito, titular da cédula de identidade RG nº 23.344.737-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 098.396.618-41, residente e domiciliado na Rua Antônio França Veloso, 130, apartamento nº 02, Bairro Jardim Rony, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP nº 12506-010; **(3) José Hélio Marins Galvão Nunes**, brasileiro, casado, bacharel em Direito, titular da cédula de identidade RG nº 8.537.567 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.252.558-57, residente e domiciliado na Rua Durval Rocha, 171, Bairro Vila Paraiba, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP nº 12515-710; **(4) Laércio Andrade dos Santos**, brasileiro, casado, bacharel em Engenharia Civil, titular da cédula de identidade RG nº 45038508, inscrito no CPF/MF sob o nº 740.936.148-49, residente e domiciliado na Rua Rafael Brotero, 35, Centro, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP nº 12500-300 e; **(5) Paulo Celso Resende Rangel**, brasileiro, casado, bacharel em Engenharia Mecânica e pós-graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho, titular da cédula de identidade RG nº 3.542.968-9 SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 435.530.018-87, residente e domiciliado na Avenida Doutor Aribert Pereira da Cunha, 306, Bairro Residencial Alberto Byington, Município de Guaratinguetá, Estado de São Paulo, CEP nº 12516-410. Os novos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal tomam posse no cargo aos quais foram eleitos na data de hoje, 22/07/2025, mediante assinatura do termo de posse lavrado em livro próprio e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não possuem quaisquer impedimentos por lei especial, que não estão incurso em nenhum crime que os impeçam de exercer atividades mercantis ou administrar a sociedade, bem como que não estão condenados ou sob efeito de condenação à pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ou suborno, concussão, peculato ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. Para os fins do § 2º do artigo 149 da Lei Federal nº 6.404/76 e posteriores alterações, os respectivos endereços mencionados nesta ata será o local onde receberão citações e intimações de processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão. O mandato dos conselheiros de administração e dos conselheiros fiscais encerrará em 02/01/2026. **Encerramento e Assinatura da Ata:** Não havendo mais assuntos a deliberar, foram encerrados os trabalhos. Foi então, suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, depois de transcrita, lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. **Documentos Arquivados** na Secretaria da Companhia. Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio. Guaratinguetá, 22 de julho de 2025. Antônio Gilberto Filipo Fernandes Júnior, Prefeito Municipal de Guaratinguetá; Edilson Aleixo de Oliveira, Diretor Presidente da SAEG, membro do conselho de administração; José Carlos da Silva Tavares, Conselheiro de Administração eleito; José Maria Junior, Conselheiro de Administração eleito; Marco Antonio Martins Velloso, Conselheiro de Administração eleito; Marcos Augusto Teixeira, Conselheiro de Administração eleito; Hélio Alves da Silva, Conselheiro Fiscal eleito; Jony Allan Silva do Amaral, Conselheiro Fiscal eleito; José Hélio Marins Galvão Nunes, Conselheiro Fiscal eleito; Laércio Andrade dos Santos, Conselheiro Fiscal eleito; Paulo Celso Resende Rangel, Conselheiro Fiscal eleito; Ana Cláudia Cavalcá Corrêa, Secretária; Waldomiro May Junior, Advogado. JUCESP nº 310.947/25-0 em 09/09/2025. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

PLG Soluções em Mobilidade Elétrica S.A.

CNPJ/MF nº 44.140.874/0001-10 - NIRE 35.300.579.976

Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os acionistas da PLG Soluções em Mobilidade Elétrica S.A. ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), nos termos do inciso I, artigo 1º do artigo 124 da Lei 6.404/76, a ser realizada, em primeira convocação, em 23 de setembro de 2025, às 14h, e, em segunda convocação, às 14h30, **de modo exclusivamente digital**, por meio da plataforma digital *Microsoft Teams*, a fim de examinar, discutir e deliberar sobre: (i) a alienação de 02 (dois) caminhões de propriedade da Companhia; (ii) a quitação das obrigações junto aos credores da Companhia; e (iii) a paralisação das atividades sociais da Companhia, em razão da ausência de recursos financeiros que viabilizem a sua continuidade. Fica consignado que a AGE contará com a presença dos consultores Ivan Facaldi Vendramine e Artur Ramos, os quais participarão com o objetivo de prestar esclarecimento acerca das razões que motivaram a presente convocação, de modo a subsidiar a tomada de decisões relevantes para a continuidade das atividades da Companhia. São Paulo, 15 de setembro de 2025. Gustavo Denis Centeno Biglia, **Diretor da Companhia.** (16, 17 e 18/09/2025)

Documento assinado e  
certificado digitalmente  
Conforme MP 2.200-2  
de 24/08/2001 Confira ao  
lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 18/09/2025

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: [www.datamercantil.com.br/publicidade\\_legal](http://www.datamercantil.com.br/publicidade_legal)

